



REPÚBLICA DE ANGOLA

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA FEDERAL DA ETIÓPIA, REPÚBLICA DO DJIBOUTI, ESTADO DA ERITREIA, REPÚBLICA DO SUDÃO E MISSÃO PERMANENTE JUNTO DA UNIÃO AFRICANA E UNECA

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA PROFESSOR EMBAIXADOR MIGUEL CÉSAR DOMINGOS BEMBE, REPRESENTANTE PERMANENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA JUNTO DA UNIÃO AFRICANA E PRESIDENTE DO COMITÉ DOS REPRESENTANTES PERMANENTES DA UNIÃO AFRICANA, POR OCASIÃO DE ABERTURA SOLENE DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 6ª LEGISLATURA DO PARLAMENTO PAN-AFRICANO

MIDRAND, ÁFRICA DO SUL, 21 DE JULHO DE 2025.-

Senhor Presidente do Parlamento Pan-Africano;

Senhores Vice-Presidentes do Parlamento Pan-Africano;

Distintos Parlamentares;

Estimados Representantes dos Estados-Membros;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e meus Senhores;

Todo o protocolo observado.

É com elevada honra que nos dirigimos a esta augusta Assembleia, na qualidade de Presidente do Comité dos Representantes Permanentes dos Estados-Membros da União Africana (CRP-UA), por ocasião de abertura solene da 5.ª Sessão Ordinária da 6.ª Legislatura do Parlamento Pan-Africano (PAP), um momento simbólico e de grande significado para o nosso continente.

Gostaríamos, por isso, de agradecer ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta casa parlamentar, **Chief Fortune Charumbira**, pelo convite que nos formulou para participar neste evento, num espaço que simboliza a esperança e a vontade colectiva de um continente mais justo, mais unido e mais soberano.

Excelências,

O Parlamento Pan-Africano representa uma das mais notáveis conquistas do processo de institucionalização da União Africana, sendo uma expressão nobre do ideal de unidade africana.

Criado para assegurar a participação activa dos povos africanos na construção do destino comum, o Parlamento Pan-Africano, reflecte não apenas a voz dos Governos, mas, sobretudo, as aspirações dos cidadãos do nosso Continente e da Diáspora.

Apesar de ainda possuir um mandato predominantemente consultivo, o Parlamento Pan-Africano tem-se afirmado como um espaço vital de diálogo político, produção de conhecimento legislativo e de mobilização em torno dos grandes temas do continente.

A relevância do Parlamento Pan-Africano vai além do papel institucional. Reside na sua capacidade de dar voz, ecoar os silêncios da história e expressar as aspirações de um continente que ambiciona por mais justiça, democracia e representação plural.

Excelências,

A realização desta 5.^a Sessão Ordinária da 6.^a Legislatura ocorre num momento particularmente simbólico em que a União Africana dedica o ano de 2025 ao tema: “Justiça para os Africanos e os Afrodescendentes através de Reparações”.

Este tema, mais do que um apelo à memória, é uma súplica urgente à acção, à verdade histórica, à dignidade e à justiça. Somos desafiados a transformar os discursos em compromissos concretos e corajosos, enfrentando com clareza os legados da escravidão, do colonialismo, do racismo estrutural e das injustiças históricas.

É tempo de reafirmar o nosso compromisso com um futuro edificado sobre a memória, a dignidade, a reparação e a reconciliação.

Este tema impõe-nos também a um imperativo moral e político. As reparações não devem ser vistas apenas sob a óptica financeira, mas como um conjunto amplo de medidas simbólicas, institucionais, jurídicas, culturais e políticas, destinadas a restaurar a dignidade e as oportunidades historicamente negadas aos nossos povos.

Neste contexto, o Parlamento Pan-Africano, enquanto terceiro órgão da União Africana, tem um papel fundamental, nomeadamente:

1. Constituir-se num Fórum inclusivo, um espaço de discussão e participação onde as vozes e as perspectivas de todos os africanos, incluindo da sua diáspora, são ouvidas e valorizadas, sem discriminação ou exclusão;
2. Promover o debate institucional e popular sobre o tema de reparações e outras situações que preocupam os cidadãos africanos;
3. Elaborar propostas concretas e orientadoras a serem submetidas às mais altas autoridades do continente africano;
4. Fortalecer os laços com a Diáspora Africana e os movimentos de justiça racial em todo o mundo, e

5. Acompanhar o cumprimento dos compromissos assumidos ao nível continental.

Excelências,

Os cinco pilares acima elencados, evidenciam que, apesar da nobre missão e dos avanços já alcançados, o Parlamento Pan-Africano continua a enfrentar desafios multidimensionais que limitam a sua actuação.

Entre os obstáculos mais permanentes que exigem uma resposta colectiva e célere, dizem respeito:

1. À escassez de recursos financeiros sustentáveis e à dependência excessiva de financiamento externo;
2. À ausência de poderes legislativos vinculativos;
3. Aos frequentes atritos internos que ameaçam a coesão e credibilidade da instituição;
4. À fragmentação das políticas de implementação nos Estados-membros;
5. À não efectivação de reformas institucionais necessárias, que, contudo, devem ter em consideração e reflectir o mandato único deste Órgão, e

6. À falta de mecanismos eficazes de responsabilização e de acompanhamento.

Estes seis (6) desafios de peso não diminuem o valor da instituição, mas lembram-nos a necessidade de uma renovação profunda do compromisso político, da integração das agendas nacionais e regionais e da mobilização de uma cidadania activa e consciente.

É crucial que esta instituição seja dotada de meios, autonomia e legitimidade indispensável para cumprir o seu mandato com firmeza, transparência e impacto duradouro. Só assim poderá continuar a ser um verdadeiro motor de transformação para o continente e um farol de esperança para as gerações futuras.

Excelências,

A República de Angola, no exercício do seu mandato de Presidente *pro tempore* da União Africana (2025-2026), em representação da África Austral, reitera a sua disponibilidade e prontidão de continuar a cooperar com o Parlamento Pan-Africano, procurando reforçar as suas capacidades técnicas e operacionais, a exemplo das decisões adoptadas pelo Conselho Executivo, sob a proposta do Comité dos Representantes Permanentes (CRP).

Além de restabelecer o *status quo* financeiro ante-COVID, é absolutamente inadiável a afirmação desta augusta instituição não apenas como órgão consultivo, mas como um verdadeiro motor legislativo no processo de integração africana, bem como defensor activo e permanente dos legítimos interesses dos povos do nosso continente, dentro e fora das suas fronteiras geográficas.

Neste espírito de cooperação fraterna e construção colectiva, permitam-nos apresentar, onze (11) recomendações que julgamos essenciais e decisivas para o fortalecimento institucional deste importante órgão da União Africana:

1. Garantir que, a conduta dos parlamentares se pautе pelo respeito mútuo e radica nos princípios e nos objectivos que presidiram a criação da UA, consagrados no seu Acto Constitutivo, nomeadamente, a promoção da paz, segurança e estabilidade; a unidade, o desenvolvimento sustentável e a integração económica inclusiva, a defesa da soberania nacional, da integridade territorial e dos interesses comuns, bem como o reforço da cooperação internacional;
2. Intensificar a diplomacia parlamentar para acelerar a ratificação do Protocolo de Malabo junto dos Estados-

membros, de modo a conferir ao Parlamento Pan-Africano poderes legislativos vinculativos, permitindo-lhe legislar com autoridade sobre matérias de interesse comum ao nível do continente;

3. Articular com os parlamentos nacionais e regionais para a criação de mecanismos formais de coordenação legislativa, capazes de promover a harmonização normativa e a coerência das políticas públicas;
4. Cumprir e fazer respeitar a decisão do Conselho Executivo relativa à realização das eleições da Mesa do PAP em Fevereiro de 2026;
5. Finalizar o alinhamento do Regimento com o Protocolo do PAP em relação aos mandatos e reiterar o princípio da rotatividade, cujo relatório deveria ter sido apresentado ao Conselho Executivo realizado neste mês Julho, em Malabo. Na qualidade de Presidente da Mesa do CRP, tudo farei para garantir a implementação desta decisão;
6. Acelerar o processo de harmonização dos subsídios e benefícios dos órgãos da UA para restabelecer os

emolumentos dos Membros do PAP. Este exercício permitirá melhorar o funcionamento do PAP e dos seus Membros, em termos da eficiência e do desempenho;

7. Continuar a formular leis-modelo em várias-temáticas, em colaboração com os Comités Técnicos Especializados (CTE's) e outros órgãos da União Africana;
8. Reforçar a capacitação técnica e administrativa, com particular incidência na formação contínua dos parlamentares e respectivos quadros de apoio, em domínios como o direito internacional, a diplomacia parlamentar, a formulação de políticas públicas, a governação, a gestão orçamental e a prevenção e mediação de conflitos;
9. Promover a cultura de prestação de contas, através da instituição de mecanismos independentes de fiscalização, auditoria e avaliação, para garantir a transparência e responsabilidade na gestão de recursos, bem como consolidar a confiança dos cidadãos e dos Estados-membros nesta augusta casa parlamentar;
10. Estabelecer canais estruturais e permanentes de diálogo com a sociedade civil, para assegurar que as múltiplas vozes do

continente, especialmente das novas gerações, se façam ouvir e estejam representadas no processo político e legislativo continental, e

11. Implementar as conclusões da Reunião Consultiva Conjunta entre o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS) e o Parlamento Pan-Africano (PAP), realizada, nesta casa, nos dias 17 e 18 deste mês, com o objectivo de coordenar os esforços do CPS/PAP, complementando-se mutuamente na abordagem dos desafios de governança, paz e segurança no continente.

Excelências,

Nessa linha de raciocínio, a cooperação entre os Parlamentos dos Estados-membros da UA e o Parlamento Pan-Africano é, absolutamente importante para o reforço da democracia e da governação no continente.

Através de acções colectivas e concertadas, estas instituições parlamentares podem de contribuir verdadeiramente para:

1. Harmonizar as respectivas legislações nacionais com os objectivos continentais;

2. Promover uma melhor implementação das políticas da UA, e
3. Melhorar a representação dos cidadãos africanos ao nível continental, designadamente, através do reforço da voz dos vários povos que constituem o nosso continente no processo de decisão “supranacional”.

Esta sinergia torna imprescindível a criação de um espaço de diálogo ininterrupto sobre os desafios comuns, tais como a governação, a paz, a segurança e o desenvolvimento sustentáveis, uma das linhas estratégicas prioritárias da República de Angola como Presidente em exercício da União Africana, sob a liderança de Sua Excelência o Presidente **João Manuel Gonçalves Lourenço**, visando consolidar a ambição de integração política e económica do nosso continente. A institucionalização deste espaço de diálogo reforçará, certamente, a legitimidade do PAP como um baluarte para a governação africana.

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Gostaríamos de reiterar que esta sessão representa uma oportunidade ímpar para reafirmarmos, com clareza e convicção, o compromisso comum de reforçar a integração continental, o

empoderamento efectivo dos nossos cidadãos e o imperativo ético e político da reparação de séculos de injustiça.

Que dela resultem propostas consistentes, orientações concretas e uma mobilização renovada dos Estados-membros, das instituições e das sociedades africanas em torno dos valores da justiça, da dignidade e da coesão.

A justiça histórica não pode continuar a ser adiada. O tempo da reparação é agora. A dignidade dos nossos povos exige uma acção determinada, corajosa e transformadora, à altura dos desafios do presente e das aspirações legítimas das futuras gerações.

Muito obrigado.